

Comissão reduz burocracia para abrir e fechar empresas

Aprovada pela CCJ e encaminhada ao Plenário, proposta de Adelmir Santana unifica legislação utilizada para iniciar ou finalizar um negócio com o objetivo de facilitar a consulta às regras e estimular o empreendedorismo

A vida do cidadão que pretende abrir ou fechar uma empresa pode ficar mais fácil. Foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça a proposta que unifica a legislação e reduz a burocracia que hoje serve de entrave ao empreendedorismo. Para o autor da iniciativa que agora será submetida ao Plenário, Adelmir Santana, a proposta acaba com a “insegurança jurídica, melhora o ambiente empresarial e propicia a geração de mais empregos”. **3**



O autor, Adelmir Santana (D), ao lado do relator, Francisco Dornelles: projeto altera regras sobre o funcionamento das juntas comerciais e registros empresariais

CCJ aprova reparação de danos para abandono afetivo

Falta de convivência ou visitação periódica aos filhos poderá ser considerada conduta ilícita. **4**

Mudanças na Lei Pelé podem ser votadas antes da Copa

Alvaro Dias anunciou ontem que acordo deve garantir votação em maio. **8**

Para reduzir diferenças, Brasil precisa crescer pelo menos 7% ao ano

Previsão é do ministro dos Assuntos Estratégicos, Samuel Guimarães, em debate na CCT. **8**

CPI envia denúncias contra Petrobras à Procuradoria e à PF

Acusações foram feitas à CPI das ONGs e envolvem a estatal e o grupo Schahin. **6**

Senado extingue R\$ 260 milhões em multas cobradas ao Paraná

Com a suspensão, o estado voltará a ser adimplente e capaz de realizar empréstimos para fazer investimentos. As multas

resultavam de não pagamento à União de dívida decorrente do processo de privatização do Banestado. **3**



A avaliação do autor da resolução aprovada ontem, senador Osmar Dias (ao microfone), é que o Paraná deixará de ser cobrado em mais de R\$ 1 bilhão por dívida que o estado não reconhecia como sua

TV Senado inicia transmissões com sinal digital em São Paulo **2**

Parceria com a TV Câmara e a TV Alesp permite que a emissora passe a levar sua programação a mais 20 milhões de pessoas e assegura redução de custos. Hoje a TV opera em sinal aberto em oito capitais brasileiras

TV Senado inaugura hoje transmissões digitais em São Paulo pelo canal 61

A TV SENADO inicia hoje suas transmissões digitais em São Paulo, pelo canal 61. O projeto, em parceria com a TV Câmara e a TV Alesp (da assembleia legislativa paulista), levará o sinal aberto em alta qualidade a quase 20 milhões de habitantes na Grande São Paulo.

Há cerca de um ano e meio, a estação digital opera em caráter experimental com um transmissor de baixa potência. A parceria busca reduzir os custos da operação. A Câmara adquiriu os transmissores por R\$ 3,35 milhões e a assembleia legislativa ficou responsável pela oferta e pelo custeio da torre onde estão instalados os transmissores.

Tecnicamente, as três emissoras irão compartilhar um único canal, porque a tecnologia digital permite a transmissão de até quatro programações simultâneas, além de sinal para aparelhos móveis de televisão e telefones celulares preparados para receber a TV digital.

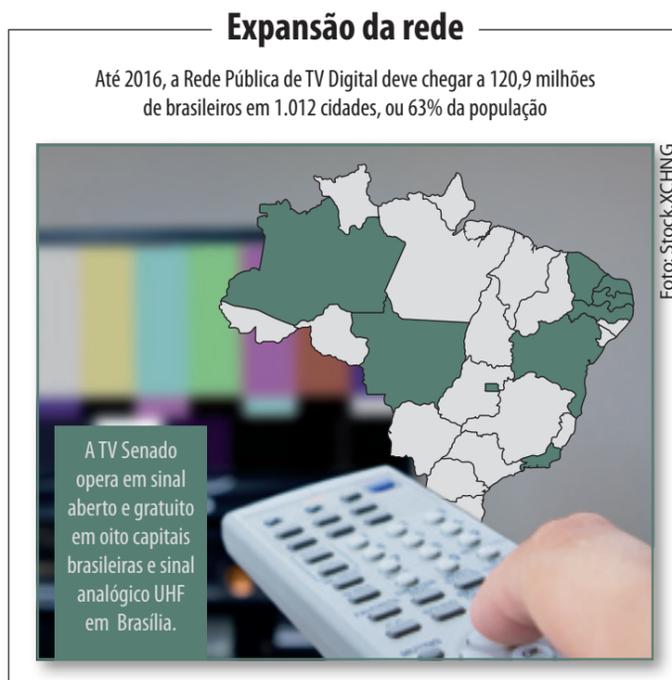
Além disso, o Senado assinou

recentemente protocolo de intenções e integra a Rede Pública de TV Digital, juntamente com a Empresa Brasil de Comunicação (antiga Radiobrás), a TV Câmara, a TV Justiça e os ministérios da Educação, da Cultura e das Comunicações. O objetivo é reduzir os custos da distribuição de sinal de TV digital para todo o país.

TV digital

Por esse projeto, até 2016 a Rede Pública de TV Digital deve chegar a 1.012 cidades, alcançando 120,9 milhões de brasileiros, ou 63% da população, a um custo anual de R\$ 1,06 por pessoa.

A TV Senado pretende participar com dois canais e transmissão para televisores móveis e aparelhos de telefone celular de alcance nacional. Isso porque o Senado possui uma agenda de trabalho com diversas reuniões de comissões acontecendo simultaneamente e a TV Senado já capta esses eventos, hoje podendo veicular ao vivo apenas



um evento por vez. Portanto, não haverá necessidade de aumentar o custo de produção ou a equipe de trabalho.

Atualmente, a TV Senado opera em sinal aberto e gratuito

em oito capitais brasileiras (Manaus, Natal, João Pessoa, Recife, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e Cuiabá), além da geradora de Brasília, transmitindo sinal analógico em UHF.

Vídeo destaca importância do voto

A TV Senado lançou em janeiro o programa *O Poder do Voto*, que aborda a importância do voto para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Com depoimentos do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Walter Costa Porto e do consultor legislativo do Senado e historiador Antônio Barbosa, o vídeo de dez minutos de duração apresenta leis que mudaram os destinos do país, além de considerações sobre o sistema eleitoral brasileiro, com explicações sobre os votos majoritário e proporcional.

O programa traz ainda depoimentos de cidadãos sobre o interesse pela política e mostra a importância das comissões permanentes e transitórias. O vídeo, que tem roteiro e direção de Deraldo Goulart, foi distribuído aos ministros do TSE, aos assessores dos senadores e às assessorias da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.



Sarney (D) recebe Kátia Abreu e produtores que pedem apoio a documento encaminhado ao Ministério da Justiça pela CNA

Produtores rurais defendem plano contra invasões

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), acompanhada de comitiva de produtores rurais. Eles vieram pedir apoio para o Plano Nacional de Combate às Invasões, encaminhado este mês ao Ministério da Justiça pela CNA.

Em manifestação ontem no gramado em frente ao Congresso, cerca de 1.300 produtores rurais estenderam uma grande bandeira com a frase "Queremos paz no campo, não invasões".

Os manifestantes também abraçaram simbolicamente o Congresso para pedir o apoio dos parlamentares ao combate às invasões. O ato faz parte da campanha Vamos tirar o Brasil do vermelho – invasão é crime, promovida pela CNA.

Sarney afirmou que é fa-

vorável à reforma agrária, mas contrário a invasões de propriedades.

– Não podemos permitir ilegalidade, agressão e violência à propriedade – declarou o presidente do Senado, ao avaliar que a execução de uma campanha de paz no campo "certamente vai receber apoio dos parlamentares".

Kátia Abreu disse que há 13 anos acontecem invasões anunciadas previamente pela imprensa, sem que o Estado tome providências.

A senadora ressaltou que movimentos invasores manipulam pessoas que buscam emprego e terra e as induz a cometerem crime.

– Não é mais possível 13 anos de anúncio de crime, publicamente, na televisão e jornais. Crime anunciado e não combatido. E estamos no campo, silenciosos, sendo agredidos

há 13 anos por criminosos que se vestem com a roupa de um movimento social, tentando inclusive desmoralizar os movimentos sociais – disse.

Superação

A presidente da CNA informou ainda que o agronegócio contribui com 40% das exportações brasileiras.

Kátia Abreu atribuiu a fácil superação da crise financeira mundial pelo Brasil às reservas superavitárias geradas pelo setor e pediu que o direito à propriedade, previsto na Constituição, seja respeitado.

– Estamos pedindo apenas que a lei seja cumprida. Queremos que a Constituição federal e o Código Penal possam valer. E pedir ao Congresso Nacional e ao seu presidente, José Sarney, que possam ajudar a pacificar o campo brasileiro, combatendo as invasões de terra – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta continua trancada

14h Duas medidas provisórias (MPs 472/09 e 473/09) e o projeto de lei que cria a empresa Petro-Sal (PLC 309/09) continuam impedindo as deliberações do Plenário.

Presidência Sessão plenária

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária deliberativa, quando os senadores dão início à discussão e votação das matérias.

CI Segurança de barragens

8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa proposta que estabelece a política nacional de segurança de barragens destinadas à acumulação de água.

CRE Análise de indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores examina a indicação de três diplomatas para embaixadas brasileiras no Equador, Reino Unido e Angola. Na segunda parte da reunião, serão analisados seis projetos de decreto legislativo sobre tratados e convenções internacionais.

Exposição Homenagem aos 50 anos de Brasília

9h30 Hoje é o último dia da exposição fotográfica *Senado Federal: 50 anos de Brasília*, no Salão Negro do Congresso Nacional.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Senado extingue R\$ 260 milhões em multas aplicadas ao Paraná

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução (PRS 24/08), do senador Osmar Dias (PDT-PR), para extinguir aproximadamente R\$ 260 milhões em multas que a Secretaria do Tesouro Nacional vinha aplicando ao governo paranaense desde 2006, por inadimplência decorrente de ação judicial ligada ao processo de privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Conforme Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, as punições já aplicadas serão abatidas na dívida do Paraná junto à União. Com isso, o governo do Paraná se

tornará adimplente, podendo tomar novos empréstimos em organismos internacionais ou mesmo no país, para investimentos. A mudança, segundo Osmar Dias, evitará que o Paraná pague cerca de R\$ 1 bilhão em dívidas no longo prazo.

A aprovação da resolução foi o resultado de uma movimentação dos deputados, senadores e do governador do Paraná, Orlando Pessuti, junto ao Ministério da Fazenda, que concordou com a solução. A proposta de Osmar Dias também havia sido aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça.



Alvaro Dias (E), deputado Reinhold Stephanes e Flávio Arns defendem proposta

Minas poderá fazer empréstimo junto ao BID

O Senado autorizou ontem Minas Gerais a tomar emprestado, com garantia da União, US\$ 137 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A decisão do Plenário ratificou posição que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) havia tomado na terça-feira, seguindo parecer favorável do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo Flexa Ribeiro, o dinheiro vai ajudar Minas a melhorar sua infraestrutura e logística de transporte, com obras de recuperação, modernização e manutenção de estradas, pavimentação de vias de acesso a pequenos municípios e outras medidas de segurança viária.

Os senadores aprovaram mais dois empréstimos externos: um para o estado do Rio de Janeiro (US\$ 19,7 milhões) e outro para Pernambuco (US\$ 15 milhões). Os dois contratos também são com o BID e serão usados para modernizar a gestão fiscal.

Plenário aprova indicações para o STJ e o CNJ

O Plenário aprovou a indicação do desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará Raul Araújo Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com 53 votos favoráveis, 3 contrários e uma abstenção. O desembargador deverá ocupar a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Paulo Benjamin Fragoço Gallotti.

Também foi aprovada indicação da Câmara dos Deputados para a recondução de Marcelo Rossi Nobre ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Marcelo Rossi participa da Comissão Permanente de Relacionamento Institucional e Comunicação do CNJ, além de advogar nas áreas de Direito Comercial, Público e Eleitoral. O relator da indicação, na CCI, foi Arthur Virgílio (PSDB-AM). No Plenário, a indicação foi aprovada com 49 votos favoráveis, 3 contrários e 3 abstenções.

Sarney sugere saída negociada para votar projetos do pré-sal

O presidente do Senado, José Sarney, disse que as lideranças partidárias da Casa devem se esforçar para desbloquear a pauta e permitir a votação de outras matérias, entre elas, as que regulamentam a exploração de petróleo na camada pré-sal. Sarney alertou que o prazo constitucional para a votação desses projetos está se esgotando.

– Os líderes deveriam encontrar um caminho comum para

fazer andar a pauta. Se possível, retirando a urgência dessas matérias, com a oposição se comprometendo com o governo a votá-las nas datas previstas e acertadas. É muito melhor colocarmos isso em votação dentro de um consenso do que num clima de confrontação.

Os quatro projetos do pré-sal são os PLCs 309/09 (que já tranca a pauta), 7/10, 8/10 e 16/10, que obstruirão a pauta a partir de 7 de maio.

Iniciativa aprovada pela Comissão de Justiça ajuda a desburocratizar o registro e a extinção de firmas, além de estimular empreendedorismo. Projeto vai ao Plenário

Proposta unifica legislação sobre abertura de empresas

O BRASILEIRO INTERESSADO em abrir uma empresa e que hoje enfrenta um cipoal legislativo para legalizar seu negócio está mais perto de livrar-se dessa dificuldade. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto do senador Adelmir Santana (DEM-DF) que unifica a legislação sobre a abertura e o fechamento de empresas no país. A matéria vai ao Plenário.

O objetivo do projeto (PLS 431/09), afirma o senador, é facilitar a consulta das regras sobre o assunto. Segundo ele, as leis ultrapassadas atrapalham a vida do empresário brasileiro.

– Essa proposta revoga dispositivos que tumultuam e trazem insegurança jurídica ao setor. É uma conquista que diminui a burocracia e melhora o ambiente empresarial, propiciando a geração de mais empregos – disse Adelmir Santana.

Ele afirmou que, atualmente, estima-se que sejam gastos no Brasil cerca de R\$ 12 bilhões por ano com advogados tributaristas em virtude da complexidade da legislação. O valor, compara Adelmir, equivale ao



Adelmir (C), entre Dornelles, Osmar Dias, deputado Lupion e Jayme Campos

que o governo federal investe no programa Bolsa Família.

O projeto abrange todas as regras sobre o funcionamento das juntas comerciais, a publicidade dos registros empresariais, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, as centrais de atendimento aos empreendedores e a comprovação do pagamento de impostos.

– Nosso projeto se apoia em dois pilares: modernização e simplificação. É um trabalho técnico, um marco regulatório que

vai provocar uma silenciosa revolução na vida das empresas.

Na opinião do relator da matéria, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a iniciativa servirá para desburocratizar o registro e a extinção de firmas. Ele observa que, “embora o projeto não inove nem corrija os problemas decorrentes do excesso de exigências, nem tampouco crie regras que permitam unificar os procedimentos das diversas esferas administrativas envolvidas, a reunião das normas sobre o assunto torna mais clara a matéria”.

Medidas que discriminam autoridades são rejeitadas

Dois projetos de lei do Senado (PLSs 417/05 e 99/09) foram rejeitados ontem pela CCJ sob o argumento de serem discriminatórios e, portanto, inconstitucionais. O primeiro, de Magno Malta (PR-ES), tornava obrigatória a

realização de testes antidrogas periódicos em policiais militares e bombeiros. Para o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), a proposta fere resolução do Conselho Nacional Antidrogas.

O outro, de Cristovam Buarque

(PDT-DF), incluía automaticamente na malha fina a declaração de Imposto de Renda de parlamentares, prefeitos, governadores, presidente da República, ministros, membros do Judiciário e ordenadores de despesa.

Suplicy propõe Simon para relatar projeto Ficha Limpa



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o projeto Ficha Limpa deve ser votado na Câmara até 5 de maio. Se aprovado, virá para o Senado, onde, conforme sugeriu o senador, Pedro Simon (PMDB-RS) deveria ser designado relator.

Suplicy disse que o projeto chegou ao Congresso com 1,6 milhão de assinaturas de pessoas de todo o Brasil, determinando que condenados em primeira instância não poderiam se candidatar a cargo eletivo, mas foi alterada pelo deputado Índio da Costa (DEM-RJ), passando a prever que a inelegibilidade ocorrerá com a condenação por tribunal colegiado.

Adiada votação sobre aposentadoria de juízes

Sem conseguir aprovar requerimento de audiência pública sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 46/08) que resgata a possibilidade de juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública receberem aposentadoria integral, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – um dos autores do pedido de debate – pediu vista da matéria e, assim, adiou sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O pedido de vista também foi apoiado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Ao defender o requerimento, Suplicy disse respeitar tanto a iniciativa de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – autor da PEC 46/08 – quanto o parecer favorável do relator, Marconi Perillo (PSDB-GO). Mas considerou importante ouvir representantes do Judiciário e das categorias beneficiadas, além da OAB e do Ministério da Previdência, sobre regras para aposentadoria que diferem das estabelecidas para a maioria.

Jurisprudência para decisões sobre pequenas causas

As decisões dos Juizados Especiais Cíveis (de pequenas causas) poderão ficar submetidas às súmulas dos tribunais superiores e à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa uniformização da interpretação da lei foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta de vinculação, recomendada em projeto (PLC 16/07) do Executivo, é resultado do Segundo Pacto Republicano de Estado, firmado entre os três Poderes.

Projeto libera taxas para contribuinte isento de IR

Projeto aprovado ontem na CCJ libera o contribuinte pessoa física isento de imposto de renda do pagamento de taxas quando for apresentar Declaração Anual de Isentos; solicitar inscrição de CPF; solicitar formulário de preenchimento da declaração de ajuste anual das pessoas físicas; pedir atendimento para esclarecimento de dúvidas, inclusive por telefone; ou requerer processo de certificação digital para rastreamento da declaração.

CCJ aprova projeto que obriga pai ou mãe que negligenciar seus deveres a reparar falhas na assistência moral e material da criança ou do adolescente

Abandono afetivo de filhos deverá ser conduta ilícita

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tornando o abandono afetivo uma conduta ilícita, como prevê o projeto de Lei 700/07, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Pela proposta, o pai ou a mãe que deixar de prestar assistência afetiva aos filhos, seja pela convivência, seja por visitação periódica, fica obrigado a uma reparação de danos. Aprovado com emendas do relator Valdir Raupp (PMDB-RO), o texto agora

será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Quem não tiver a guarda da criança ou do adolescente também ficará obrigado pelo Código Civil não só a visitá-lo e tê-lo em sua companhia, mas também a fiscalizar sua manutenção e educação.

O PLS 700/07 define a assistência afetiva devida pelos pais aos filhos menores de 18 anos como a orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; a so-

lidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou dificuldade; a presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente e possível de ser atendida.

Além dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores, a proposta altera o ECA para também atribuir aos pais os deveres de convivência e assistência material e moral. É importante ressaltar que esse aspecto passará a ser considerado nas decisões judiciais de destituição de tutela e de suspensão ou destituição do poder familiar.



Antonio Carlos Júnior (E) defende emenda de Tasso Jereissati que obriga suposto pai a realizar exame de DNA

Recusa de teste de DNA pode indicar paternidade

O homem que se recusar a realizar teste de DNA para investigação de paternidade pode ser considerado o pai. De acordo com emenda de Plenário aprovada ontem pela CCJ, a recusa do suposto pai em fazer o teste de DNA passa a ser considerada admissão tácita de paternidade. A emenda foi apresentada pelo senador

Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto de lei da Câmara (PLC 31/07). Após ajustes feitos pelo relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), ficou definido que, em caso de ausência do suposto pai, o juiz, a pedido da parte interessada ou do Ministério Público, poderá determinar a realização de exame de DNA em parentes consanguíneos. A

recusa na realização do exame implicará, nesses casos, presunção relativa de paternidade.

Outro projeto (PLS 415/09) sobre o assunto, esse da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), recebeu parecer do relator pela rejeição, mas cabe ainda decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).



Paulo Paim (E), Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini durante debate na CAS

Audiência ressalta polêmica sobre contratação de motoristas

O fato de haver motoristas trabalhando sem contrato no transporte de cargas foi um dos temas da audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), requerida por Paulo Paim (PT-RS).

Representando o Ministério do Trabalho e Emprego, Fernando Vasconcelos afirmou que essa pasta aponta vários problemas na terceirização do serviço de motoristas de cargas. Ele lembrou que a Lei 11.442/07 permite a contratação de transportadores autônomos, mas ressaltou que "o motorista que possui seu próprio caminhão não deve ser confundido com o motorista que trabalha para outra pessoa".

Segundo Vasconcelos, há grandes empresas de transporte de cargas que terceirizam o serviço para empresas médias e pequenas, muitas vezes registradas como se não tivessem nenhum empregado, embora eles existam. Os motoristas nessa situação não têm acesso às garantias trabalhistas e previdenciárias, ressaltou.

Já o procurador regional do trabalho Sebastião Vieira Caixeta disse que o "transportador autônomo de cargas agregado" – previsto na Lei 11.442/07 – muitas vezes acaba prestando serviços de forma contínua para o mesmo empregador, recebendo dele sua remuneração e subordinando-se a ele, o que caracterizaria uma relação de trabalho. Sebastião

também afirmou que essa lei, ao determinar que os contratos entre a empresa de transporte e o transportador autônomo só podem ter natureza comercial, e não trabalhista, é inconstitucional. Essa interpretação do Ministério Público do Trabalho foi criticada por Flávio Benatti, da Confederação Nacional do Transporte. Ele afirmou que o Ministério Público do Trabalho "vai levar à extinção dos autônomos". Para evitar esse tipo de controvérsia, Benatti declarou que é necessária uma legislação que "ofereça segurança jurídica", já que o setor de transporte rodoviário de cargas é muito segmentado.

Para Luiz Alberto Mincarone, da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, o Estatuto do Motorista Profissional (proposto por Paim no PLS 271/08) seria uma forma de garantir essa segurança ao setor.

Já Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, afirmou que a solução seria a efetiva aplicação da Lei 11.442/07.

– Cerca de 30% das empresas que atuam no setor não têm como atividade principal o transporte de cargas. Isso achava o frete e reduz as remunerações dos motoristas – argumentou.

Paim anunciou que pretende solicitar uma nova audiência, a ser realizada no Plenário, no dia 5 de julho.

Produtor rural pede isenção de adicional de frete

Em audiência pública, o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antonio Fayet, defendeu ontem a isenção do adicional de frete no transporte de cargas de agrotóxicos, fertilizantes e suas matérias-primas – a taxa é usada para a renovação da Marinha mercante. Ele explicou que essa é uma reivindicação do setor agrícola para desonerar seus custos de produção.

Fayet questionou a validade do adicional para qualquer produto, por entender que sua cobrança apenas camufla os problemas de financiamento da indústria nacional de construção e reparos de embarcações, setor atendido com os recursos arrecadados com essa taxa, por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

– Se o país tem que contemplar esse setor com algum subsídio, que isso seja explicitado no Orçamento federal – disse Fayet, que defende uma completa reformulação dos atuais mecanismos.

Promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a audiência debateu os dois projetos que tramitam no colegiado com o objetivo de incluir as novas cargas na relação das que já são isentas de pagar o adicional: os PLSs 237/08, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e 114/09, de Gerson Camata (PMDB-ES).

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Ézio de Luna Freire, informou que o órgão é contrário aos dois projetos. Segundo ele, a aprovação causaria impacto fiscal negativo sobre

as contas do setor público, com perdas estimadas em até 13% das receitas do FMM, que vem recebendo cerca de R\$ 2 bilhões com a arrecadação do adicional.

Pelo Ministério dos Transportes, Luiz César Brandão Maia informou que o governo injetou R\$ 10 bilhões extras no fundo em 2008, já que as receitas próprias são insuficientes frente aos crescentes pedidos de financiamento.

– Nosso apelo é para que se evitem novas isenções, pois o cobertor é curto e precisamos de mais recursos – apelou Maia.



Luiz Antonio Fayet (E), consultora Maria Auxiliadora Borges e Neuto de Conto

Relatora tenta conciliar redução de custos e verbas para navios

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) quer oferecer a melhor posição para o Brasil no momento de apresentar relatório a dois projetos que defendem a extinção do adicional de frete no transporte de cargas de defensivos agrícolas. Foi o que ela prometeu em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) ontem.

Rosalba disse que será difícil, mas que buscará o equilíbrio entre dois objetivos: mais competitividade para o setor rural, que deseja desonerar seus custos com o fim da taxa nessas cargas, e apoio para o setor de transportes, beneficiado com os recursos do adicional, fonte de financiamento para compra e reparos de embarcações – por meio do Fundo de Marinha Mercante (FMM).

Autora de uma das propostas (PLS 237/08), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) inclui também

as matérias-primas para os fertilizantes e defensivos entre as cargas isentas do adicional. O projeto (PLS 114/09) assinado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) estende o benefício a alimentos, livros, jornais, periódicos e papel utilizado para sua impressão. Pelos cálculos de Écio de Luna Freire, representante da Secretaria do Tesouro no debate, as isenções podem afetar de 10% a 13% das atuais receitas do FMM – estimadas em R\$ 2 bilhões.

O presidente da CDR, Neuto de Conto (PMDB-SC), destacou que hoje o setor agrícola responde por 33% do produto interno bruto (PIB) e garante o superávit comercial do país – o saldo favorável entre exportações e importações. Segundo ele, o desafio é fazer com que o avanço do setor agrícola também represente riqueza para quem produz.

Segundo o senador, benefícios de até três salários acumularam uma defasagem de 84,14% em relação à inflação entre os anos de 1995 e 2008, por isso ele espera que o "bom senso" possa prevalecer no Congresso Nacional

Valter Pereira defende aprovação de reajuste de 7,71% para aposentados

O SENADOR VALTER Pereira (PMDB-MS) voltou a defender ontem o reajuste de 7,71% para as aposentadorias e pensões de até três salários mínimos, índice que representa um acréscimo real de apenas R\$ 107,50 sobre o benefício máximo de R\$ 1.530.

Valter Pereira citou reportagem publicada na *Folha de S. Paulo* em novembro de 2008, quando se discutia o mesmo assunto. A reportagem diz que, nos 13 anos anteriores, os aposentados que recebiam valores acima do salário mínimo haviam acumulado uma defasagem de 84,14% em suas aposentadorias.

O jornal ainda ressaltou que, entre 1995 e 2008, os 16 milhões de aposentados que recebiam o equivalente a um salário mínimo tiveram reajustes de 104,20% acima da inflação.

– A notícia revela que o descompasso entre ativos e inativos não foi deflagrado pelo atual governo, mas o presidente Lula está dando continuidade a essa perversa tendência. Tanto é verdade que, só nesses últimos sete anos, esse fosso supera a casa dos 40% – afirmou.

Para o senador, trata-se de uma "crueldade atroz", pois o achatamento se dá justamente

numa faixa etária que precisa de cuidados especiais na alimentação e de medicação continuada. Pereira disse que o que resta aos aposentados é a esperança de se encontrar o bom senso, que pode ser traduzido no reajuste de 7,71%.

– Mas o senso de justiça só se dará quando for respeitada a isonomia entre os que permanecem no mercado e os que foram para a inatividade – acrescentou.

Em aparte, Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o PMDB e o Senado já assumiram posição favorável à recuperação do poder de compra dos benefícios.



Valter Pereira vê "crueldade atroz" em relação aos aposentados

Mário Couto critica decisão de deputado sobre aposentadorias

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o líder do governo na Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (PT-SP), por não ter aceitado a proposta de reajuste de 7,71% para os aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo.



Mário Couto

O senador disse que ele e Paulo Paim (PT-RS) procuraram os líderes partidários na Câmara para defender o reajuste de 7,71%, mas Vaccarezza não teria aceitado a proposta. A medida provisória que trata do

assunto estabeleceu um reajuste de 6,14%.

– A insensibilidade dele é monstruosa, é até cínica – afirmou o senador, lembrando que a defasagem nas aposentadorias chega a 63%.

Mário Couto afirmou que o Poder Legislativo é submisso ao Poder Executivo.

– Infelizmente a maioria dos deputados tem que obedecer à ordem do rei, porque há uma troca de cargos – acusou.

Marisa quer mais políticas públicas específicas para idosos

As políticas públicas governamentais precisam se adaptar, de acordo com Marisa Serrano (PSDB-MS), ao crescimento da população idosa do país, estimada hoje em 18 milhões de brasileiros. Essa parcela, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deverá somar 64 milhões, equivalente a 30% da população, em 2050, disse a senadora.



Marisa Serrano

– Isso requer mais oferta de atendimento geriátrico e gerontológico, e medidas no âmbito

da Previdência, que são imposter-gáveis – afirmou.

Marisa referiu-se também à capacidade dos idosos de se integrar à economia do país, gerada pelos avanços científicos na área da saúde que têm contribuído para o aumento da qualidade de vida.

Em apartes, Mário Couto (PSDB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apontaram a "situação precária" vivida pelos aposentados do INSS.

Flexa Ribeiro: Ministério da Saúde se recusa a repor vacinas no Pará



Flexa Ribeiro critica alegação de fim do estoque por equívoco na vacinação

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) queixou-se do tratamento que o estado do Pará tem recebido por parte do Ministério da Saúde. Embora o estado apresente o maior número de mortes decorrentes da gripe A, causada pelo vírus H1N1, o ministério se recusa a repor o estoque de vacinas, que já estaria esgotado, disse o senador. A prefeitura de Belém, informou, chegou a

solicitar o envio de um reforço de 100 mil doses.

O senador disse que "os paraenses são brasileiros e não merecem o descaso do governo federal". Segundo ele, a alegação do Ministério da Saúde para não atender o Pará é de que a Secretaria Municipal de Saúde de Belém teria se equivocado, vacinando todos os idosos – a instrução era para imunizar

apenas os que tinham doenças crônicas.

Flexa Ribeiro acusou o Ministério da Saúde de ser insensível à realidade do estado, onde as mortes causadas pela gripe A estão assustando a população. Aterrorizadas, segundo ele, as pessoas buscaram os postos de saúde, razão que considerou plausível para o rápido fim do estoque de vacinas.

Jayme Campos: está inviável produzir álcool

A decisão que proibiu a rotação de áreas plantadas em Mato Grosso e suspendeu a linha de crédito para o setor, segundo Jayme Campos (DEM-MT), inviabiliza a produção sucroalcooleira no estado.

– Além de precipitado, o ato [Decreto 6.691/09] é uma afronta ao rito legislativo, pois, ao mesmo tempo em que remeteu para o Congresso um projeto criando o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, a Presidência da República firmou decreto confirmando as proibições que deveriam ser discutidas pelo Parlamento.



Jayme Campos critica proibição da rotação de áreas plantadas

Renan pede ajuda para pequeno produtor de cana

Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu ao governo que dê subvenção econômica aos pequenos e médios produtores de cana do Nordeste, que enfrentam grave crise provocada, entre outras coisas, por baixos preços.

Ele ponderou que a ajuda do governo, de R\$ 5 por tonelada de cana, seria paga diretamente aos produtores. O auxílio não poderia ser concedido à produção própria das usinas ou de seus sócios.

– Sem a intervenção do governo dificilmente teremos uma recuperação do setor.



Sem a subvenção o setor não vai poder se recuperar, afirma Renan

Arns comemora 100 anos do escotismo no país

Flávio Arns (PSDB-PR) comemorou ontem os 100 anos do escotismo no Brasil, iniciados quando um grupo de suboficiais da Marinha que estivera na Inglaterra fundou o Centro de Boys Scouts.

Para Arns, valores cultivados pelos escoteiros, como lealdade ao país, à terra natal, ao seu povo e à sua cultura são de grande importância para a juventude, por permitir a formação de cidadãos responsáveis.

Construtoras levam calote no PI, diz Heráclito

Heráclito Fortes (DEM-PI) citou dois casos de construtoras no Piauí que não foram pagas pelas obras que realizaram para o governo do estado e as abandonaram, não sem antes deixá-las inutilizáveis. Em Luzilândia, a empresa que construía a rodovia até Teresina paralisou as obras e deixou a estrada intransitável. O outro caso foi em Floriano. Heráclito não informou os nomes das empresas envolvidas nos casos.

Virgílio solicita votos de aplauso a amazonenses

Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu a aprovação de votos de aplauso a esportistas do Amazonas que ganharam medalhas nos Jogos Nacionais do Sesi 2010, realizados em Bento Gonçalves (RS).

O senador também solicitou voto de aplauso para o repórter fotográfico Rafael Alves, do jornal *A Crítica*, de Manaus, por prêmio recebido na Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (Fiema).

Raupp apoia manutenção da Emenda 60

Na companhia de outros parlamentares do estado, Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que o texto elaborado pela bancada sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 60/09 seja preservado ao máximo. Pela emenda, policiais militares e servidores de Rondônia que já atuavam quando da criação do estado (1981), serão transferidos para os quadros da União.

Paulo Duque elogia Detran fluminense

Os serviços prestados pelo Detran do Rio de Janeiro no atendimento aos idosos e portadores de deficiência recebeu ontem elogios de Paulo Duque (PMDB-RJ).

– O Detran do Rio hoje se modernizou muito, se afirmou como um órgão positivo que controla milhões de automóveis – disse. Para o senador, o atendimento aos idosos e portadores de deficientes ganhou "um sentido inovador e eficiente" no Detran fluminense.

Para Azeredo, "Chávez não é boa companhia"

O gesto do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de mandar um beijo para a pré-candidata governista, Dilma Rousseff, numa demonstração de apoio, foi comentado ontem pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O parlamentar disse que a companhia de Hugo Chávez não é boa, porque o dirigente venezuelano "é seguramente um dos governantes mais ultrapassados que a América do Sul já teve".

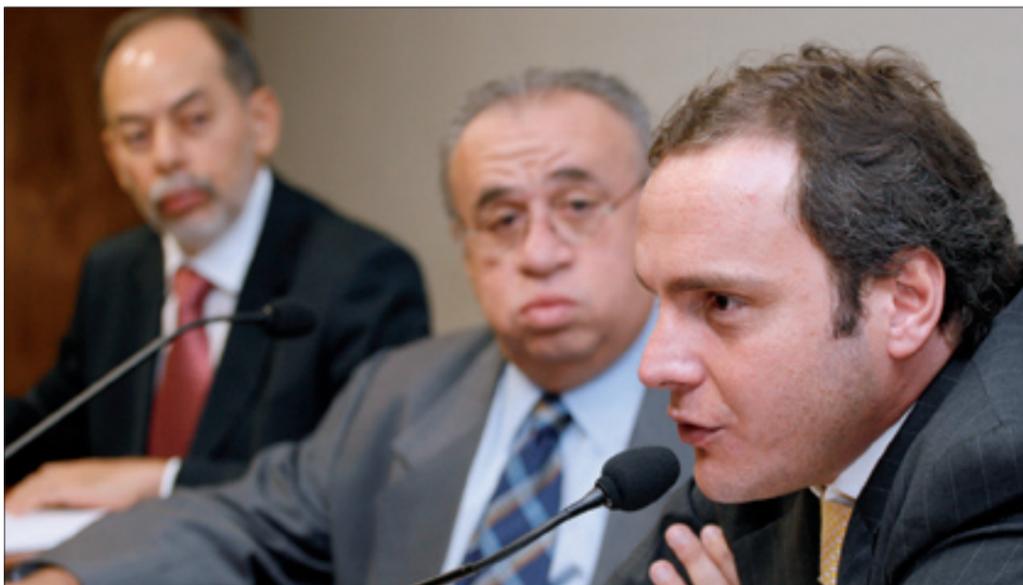
Depoente denuncia à CPI das ONGs negócios suspeitos entre a estatal e o grupo Schahin, mas, orientado por seus advogados, se exime de falar sobre um suposto esquema de arrecadação ilegal para campanhas eleitorais do PT

Heráclito envia denúncias de Funaro contra Petrobras à Procuradoria e à PF

O PRESIDENTE DA CPI das ONGs, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou a remessa, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal, de documentos apresentados ontem à comissão pelo depoente Lúcio Bolonha Funaro, com denúncias de negócios suspeitos entre a Petrobras e o grupo Schahin, proprietário de banco e de empresas em vários ramos de atividade. Segundo Funaro, os contratos da estatal com o grupo somam US\$ 7 bilhões.

Um deles, entre a Petrobras e a *offshore* Airosaru Drilling LLC, com sede em Delaware (paraíso fiscal norte-americano), prevê o arrendamento à estatal brasileira de plataforma de petróleo no valor de US\$ 1,5 bilhão. A *offshore*, conforme Funaro, repassa à Schahin Engenharia, interveniente no contrato, o valor anual de apenas US\$ 10 pela operação da plataforma.

Funaro compareceu à CPI para falar sobre denúncia feita por ele ao Ministério Público Federal da existência de um esquema de arrecadação ilegal para campanhas eleitorais do PT. No entanto, por instrução de seus advogados, decidiu não abordar



Inácio Arruda, relator, e Heráclito, presidente da comissão parlamentar de inquérito, acompanham depoimento de Lúcio Funaro esse assunto na audiência.

Sigilo

Atendendo a sugestão de Alvaro Dias (PSDB-PR), a comissão deve analisar, nos próximos dias, a possibilidade de transferência à CPI do sigilo dos depoimentos de Funaro ao MP, ao qual ele teria feito revelações sob o benefício da delação premiada.

Apesar de se recusar a responder a várias perguntas dos

senadores, Funaro fez alguns comentários relacionados ao ex-presidente do Bancoop e tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Disse, por exemplo, que no mercado financeiro é notório o relacionamento entre Vaccari e o grupo Schahin.

Questionado pelo relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), se havia mantido, no passado, alguma relação comercial com o grupo Schahin, Funaro disse que

não. Mas acabou por revelar que é contratado pela Gallway, de Londres, detentora do controle da Centrais Elétricas de Belém (Cebel), que por sua vez empreitou com a Schahin Engenharia a construção de uma pequena hidrelétrica em Vilhena (RO), que desmoronou.

Funaro disse à comissão parlamentar de inquérito que aceita uma acareação entre ele e João Vaccari Neto.

Juristas estão perto de finalizar anteprojeto do CPC

A comissão de juristas nomeada pelo Senado para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) discutiu ontem os detalhes da "resolução de demandas repetitivas". O instituto transforma em uma única ação coletiva processos individuais semelhantes para acelerar o trabalho da Justiça. Assim, sempre que uma nova ação surgir sobre algum assunto já decidido por incidente de coletivização, a decisão já produzida será automaticamente aplicada, sem a necessidade de tramitar novamente pela Justiça.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, presidente da comissão, foi informado pelo presidente do Senado, José Sarney, que a pauta da Casa deverá ficar tomada, nas próximas semanas, pelos projetos relativos ao pré-sal. Assim, a comissão de juristas terá o mês de maio para continuar o seu trabalho, que já se encontra na fase final.

O próximo passo deve ser a análise das iniciativas de alteração do CPC em tramitação – 68 no Senado e 106 na Câmara. Depois disso, será feita a revisão geral do texto do anteprojeto. A expectativa é que o trabalho esteja concluído nos primeiros dias de junho. A comissão de juristas volta a se reunir nos dias 10 e 11 de maio, em Brasília.

Governo nega irregularidade em repasses ao MST

Representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Esporte e da Pesca e Aquicultura negaram ontem, na CPI do MST, irregularidades nos repasses de recursos públicos, por meio de convênios, a entidades ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ao deputado Jilmar Tatto (PT-SP), o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, José Humberto Oliveira,

respondeu que não há aplicação de critérios políticos na escolha das propostas de convênios, feita por conselhos e colegiados independentes.

Cláudia Regina Bonalume, do Ministério do Esporte, rechaçou a acusação da oposição de que a liberação de verbas estaria direcionada para que o MST tenha condições de organizar manifestações em todo o país conhecidas como Abril Vermelho.

– O problema da concentração de liberações no final do ano ocorre porque as entidades acabam deixando para finalizar seus projetos nessa época. Isso não vale só para as entidades da sociedade civil, mas também para prefeituras e governos estaduais – disse Cláudia Regina Bonalume.

Elogios

Já o diretor de Desenvolvimento da Aquicultura do Ministério da Pesca, João Felipe Matias, considerou que todos os objetivos, de fomento a piscicultura, foram alcançados nos contratos da pasta firmados com o MST.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou importantes ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolvidas em convênios com prefeituras do país destinadas à construção de silos para armazenamento de grãos, matadouros e mercados.



Almeida Lima (C), entre depoentes de ministérios na reunião da CPI do MST

CPI da Pedofilia aprova pedido de informações para o Google

A CPI da Pedofilia aprovou ontem requerimentos, de autoria do seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), em que solicita ao Google e a outros provedores e ferramentas de busca (Universe, Yahoo etc.) o repasse, em prazos entre cinco e dez dias úteis, de todas as informações sigilosas acerca das notificações efetuadas ao Centro Nacional de Crianças Desaparecidas e

Exploradas, dos Estados Unidos, referentes a páginas constantes de arquivos eletrônicos em poder da comissão.

A CPI solicita ainda a identificação dos endereços eletrônicos que contenham indícios de quaisquer dos crimes previstos na Lei 11.829/08 (produção, venda, compra, posse e distribuição de pornografia infantil na internet).



Papaléo Paes e Magno Malta, na reunião de ontem: busca por dados sigilosos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • César Borges • Mozarildo Cavalcanti • Rosalba Ciarlini • Augusto Botelho • Mão Santa • Valter Pereira

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senador José Nery anuncia que Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, vai a júri popular no Pará, acusado de ter ordenado a morte de missionária, em 2005

Mandante de assassinato de Dorothy será julgado amanhã

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA) anunciou ontem que será realizado amanhã o julgamento de Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, acusado de ser o mandante do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em 2005, no Pará.

José Nery lembrou que, em dezembro de 2005, a Justiça condenou Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, e Clodoaldo Carlos Batista, o Eduardo, a 27 e 17 anos de prisão, respectivamente, por terem matado a missionária. Amair Feijoli da Cunha, o Tato, recebeu sentença de 27 anos como intermediário do assassinato, mas teve a pena reduzida por colaborar com o processo.

O senador acrescentou que, em maio de 2007, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foi condenado a 30 anos de reclusão em regime fechado sob acusação de ser um dos mandantes do assassinato de Dorothy. Nos dias 5 e 6 de maio de 2008, Rayfran e Bida foram submetidos a novo julgamento. O acusado de matar a missionária recebeu nova pena, acrescida em um ano.

– Durante o depoimento, ele inocentou o fazendeiro de mandar matar a missionária, assumindo sozinho a autoria



Nery lembrou que outros quatro envolvidos no crime já foram condenados

do crime. Bida foi absolvido por cinco votos a dois. Porém, com fortes indícios de irregularidades, este julgamento também foi anulado e, em 12 de abril deste ano, em júri popular, o fazendeiro foi condenado a 30 anos de prisão em regime fechado – relembrou.

O parlamentar também comentou em seu discurso o julgamento que o Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu ontem sobre a aplicação da Lei de Anistia.

José Nery disse que a discussão gira em torno da possibilidade de caracterizar os atos de tortura cometidos por agentes do regime militar como “crimes políticos” e, dessa forma, serem passíveis de anistia.

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), José Nery criticou ontem a recorrente falta de quórum nas reuniões da comissão, o que impede a votação de projetos. Ele reconheceu que os senadores precisam participar de várias comissões que funcionam no mesmo horário, por isso sugeriu mudanças no Regimento Interno, para permitir a realização de reuniões das comissões após as 18h ou mesmo reuniões quinzenais, viabilizando a alternância de funcionamento dos colegiados.

Violência leva a Bahia ao caos, diz César Borges

Citando reportagem do jornal *A Tarde*, o senador César Borges (PR-BA) disse ontem que a violência aumentou e lançou a Bahia no caos. Segundo o jornal, já são quase 3 mil ocorrências no bairro da Pituba, em Salvador, nos quatro primeiros meses desse ano, com aumento considerável dos casos de assaltos a mão armada. Um policial civil foi morto a tiros e um professor universitário foi ferido.

Entre os casos registrados, César Borges destacou os crimes de roubo, assalto, assassinato, furto de veículos, prostituição e tráfico de drogas. O jornal chegou a publicar orientações para a população se defender dos criminosos.

– Só falta dizer: “Não saiam de casa, não façam mais nada”. A própria polícia se sente refém porque está sendo caçada pelos bandidos – lamentou.



Segundo o senador, a própria polícia se sente refém dos bandidos

Mozarildo aponta censura à imprensa em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, de praticar uma espécie de “censura sofisticada” contra jornalistas locais que manifestam em seus *blogs* e *sites* pessoais opiniões desfavoráveis à administração do estado.

Segundo o senador, com o suporte de um grupo de advogados, o governador vem entrando com liminares na Justiça para impedir a livre manifestação do pensamento.

Mozarildo citou o caso dos jornalistas Andressa Trajano e JR Rodrigues, processados por críticas publicadas no Twitter. De acordo com o senador, ambos estariam proibidos de citar o nome do governador.

– Os jornalistas estão amordaçados. O governador tem medo de que se diga a verdade sobre o que ele tem feito no estado. Mas, pelo menos aqui, não podem me calar – disse.



Mozarildo denuncia ação de governador contra jornalistas



Rogério Lopes (E), Maria Aparecida, Flávio Arns, Maria José e Benedito Adalberto

Especialistas querem mudar regras para obtenção do BPC

A necessidade de mudar a legislação que trata do benefício de prestação continuada de assistência social (BPC) foi apontada pelos participantes de audiência realizada no Senado. O BPC consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, e a idosos com 65 anos ou mais.

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) lembrou que as pessoas com deficiência perdem o direito ao BPC caso comecem a trabalhar, mas, se perdem o emprego, encontram dificuldades de reaver o benefício. Arns preside a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que promoveu a audiência.

O senador e os cinco participantes da audiência concordam

que o benefício deve ser suspenso quando a pessoa obtém emprego, sendo reativado caso volte a ficar desempregada.

Os debatedores apontaram a dificuldade de acesso e de permanência na escola e nos cursos de formação e capacitação profissional por parte das pessoas com deficiência e o medo de perderem o BPC como os principais obstáculos à obtenção e à manutenção do emprego.

Participaram da audiência Maria José de Freitas, do Ministério do Desenvolvimento Social; Maria Aparecida Gugel, subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho; Rogério Lopes Costa Reis, auditor fiscal do trabalho; Ana Paula Crosara de Resende, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; e Benedito Adalberto Brunca, diretor de Benefícios do INSS.

Igrejas apoiam regulamentação de cultos

Representantes das igrejas católica, evangélica e espírita defenderam ontem, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a aprovação do projeto de lei que regulamenta e assegura o livre exercício da crença e dos cultos religiosos no país. Apresentado pelo deputado George Hilton (PRB-MG), o projeto (PLC 160/09) protege os locais de cultos, as liturgias e a inviolabilidade de crença. Sobre o ensino religioso nas escolas, define que a matrícula é facultativa, assegurado o respeito à diversidade religiosa.

O projeto reconhece o direito ao registro das religiões como personalidades jurídicas, as quais, quando voltadas para a assistência social, deverão usufruir também de todos os direitos, isenções, imunidades e demais benefícios concedidos a entidades nacionais de natureza

semelhante. O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), recomenda a aprovação.

Sem privilégios

O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Jesús Sánchez, considerou que o projeto assegura a liberdade religiosa e reconhece a personalidade jurídica das igrejas. Segundo ele, a proposta defende o pluralismo religioso e não privilegia nenhuma crença.

O religioso lembrou acordo entre o Brasil e a Santa Sé, assinado em 2008 e já referendado pelo Congresso, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no país. Conforme o deputado George Hilton, o acordo motivou a apresentação da proposta, que se apoia no princípio constitucional de igualdade religiosa.

O presidente da Federação Espírita Brasileira, Nestor Massotti, avaliou que o projeto é um esforço no sentido de pluralizar e garantir o culto de todas as religiões no país, contribuindo para o fortalecimento da solidariedade humana.

Já a vice-presidente da Associação Brasileira de Liberdade Religiosa e Cidadania, Maria Cláudia Pinheiro, defendeu que judeus, muçulmanos e ateus também participem dos debates. Flávio Arns (PSDB-PR), que presidiu a reunião, informou que esses segmentos também serão convidados a opinar.

Também apoiaram a aprovação do projeto o representante da Igreja Universal do Reino de Deus, bispo Carlos de Oliveira, e o pastor Carlos Augusto, da Igreja Luterana, para quem o projeto premia décadas de reflexão sobre o assunto.



Padre Jesús Hortal Sánchez (E), da CNBB, em debate na Comissão de Educação

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) relatou ontem sua participação em evento promovido pela Igreja Universal do Reino de Deus no último dia 21, no Rio de Janeiro, quando foram convidadas pessoas de todos os credos a participar de orações “pelo fim dos infortúnios que se abateram sobre as favelas da cidade, provocados pelas chuvas”.
– Era tamanha a fé daqueles fluminenses que parecia que o céu tocava a terra – disse.

Em audiência na CCT, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos expõe principais pontos do Plano Brasil 2022, que busca aliar desenvolvimento e redução da poluição

Economia terá de crescer 7% ao ano, afirma ministro

A ECONOMIA BRASILEIRA terá de crescer pelo menos 7% ao ano para promover uma “redução significativa” da diferença de renda entre o país e as nações mais desenvolvidas, disse o ministro Samuel Pinheiro Guimarães, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

– E falar de 7% seria de uma modéstia extraordinária no tempo de Juscelino Kubitschek – disse Guimarães, ao responder a Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que lembrou ter sido o ex-presidente, nos anos 1950, um pioneiro no planejamento do país.

O ministro expôs, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), os principais pontos do Plano Brasil 2022, em elaboração no governo. O documento, que começa a ser debatido com representantes da sociedade civil, traça metas econômicas e sociais para o ano em que o Brasil celebrará seu bicentenário de independência.



Ao lado de Flexa Ribeiro (D), Guimarães defende investimentos em infraestrutura

A fim de garantir o crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de gases que produzem efeito estufa, previu o ministro, o Brasil deverá promover grandes investimentos em infraestrutura, especialmente na ampliação de ferrovias e hidrovias.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), autor do requerimento da audiência, afirmou não existir “nada mais importante” no ano do bicentenário do que a redução das desigualdades. Já Hélio Costa

(PMDB-MG) elogiou a atuação da secretaria em busca de soluções para o futuro. O presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lamentou que o país “tenha perdido tanto tempo com baixos índices de crescimento”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância da energia nuclear. E Sérgio Zambiasi (PTBR-RS) alertou para a necessidade de desenvolvimento de uma nova política nacional para as regiões de fronteira.



Debate na CCJ reuniu Dagoberto dos Santos (E), ministro Orlando Silva e senadores Demostenes Torres e Alvaro Dias

Acordo pode mudar Lei Pelé antes da Copa

O projeto que modifica a Lei Pelé poderá ser aprovado e enviado a sanção presidencial ainda em maio. Acordo permitindo agilizar a tramitação da matéria no Senado foi anunciado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

As mudanças na Lei Pelé (Lei 9.615/98) previstas no projeto (PLC 9/10) pretendem garantir maior proteção aos atletas profissionais, principalmente jogadores de futebol, e também aos chamados clubes formadores, que investem no atleta desde a

infância. Também destinam aos clubes formadores de atletas olímpicos e paraolímpicos 0,5% da verba recebida pelo Ministério do Esporte proveniente das loterias esportivas oficiais.

Em debate realizado ontem na CCJ, os senadores discutiram o assunto com o ministro do Esporte, Orlando Silva. Alvaro Dias disse que a decisão da comissão deverá ser terminativa, a fim de acelerar a tramitação e garantir que a lei entre em vigor antes da Copa do Mundo. O relator do projeto na Câmara, José Rocha (PR-BA), participou do debate

e informou que deverá tomar parte em eventuais alterações no texto que possam ocorrer no Senado.

Participaram também o secretário-executivo do Clube dos 13 (entidade que representa os maiores clubes de futebol do Brasil), Dagoberto dos Santos; o presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo, Luiz Felipe Santoro; e o presidente do Sindicato dos Jogadores de Futebol Profissional do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Atletas de Futebol, Alfredo Sampaio.

Projeto de lei incentiva formação de jogadores

O principal avanço apontado na Lei Pelé (Lei 9.615/98) foi o fim da chamada Lei do Passe, a qual previa que o clube de futebol era proprietário do jogador – regime então comparado ao escravagista. Mas o fim da Lei do Passe resultou em outro problema: o jogador teria se tornado “escravo” do agente ou empresário com o qual mantém contrato, em geral desde antes de completar 18 anos.

Uma das mudanças propostas pelo PLC 9/10, que altera a Lei Pelé, é justamente para reverter essa situação, tornando imediatamente nulos todos os contratos de jogadores menores de 18 anos com empresários ou agentes. A alteração vai dar aos clubes formadores a garantia de que, em caso de perda do jogador para outro clube, inclusive do exterior,

haverá ressarcimento de tudo o que foi investido na formação do atleta.

Outra mudança é que o clube formador passa a ter percentuais de 0,5% a 5% nas transferências de jogadores no mercado nacional. Por exemplo, um clube terá direito a percentual sobre todas as transferências entre clubes de um jogador que tenha formado, até o final de sua carreira. Esse direito já existe, por imposição da FIFA (a federação internacional de futebol), em casos de transferências entre clubes estrangeiros. Os jogadores de futebol menores de 18 anos passam a ter garantias de tempo para estudar, seguro de vida e de acidentes de trabalho e acompanhamento profissional, além de direito a tratamento como “aprendizes”, conforme a legislação trabalhista.

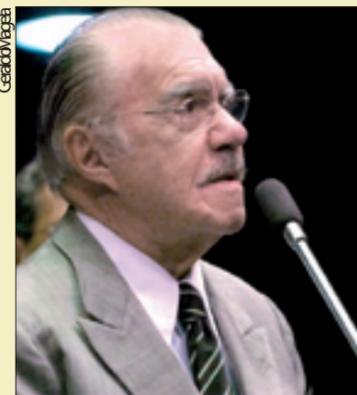
Brasil deve ser mais duro contra Irã e Coreia do Norte, diz Sarney

O senador José Sarney (PMDB-AP) apoiou ontem a pressão que países ocidentais, como os Estados Unidos e a Alemanha, estão fazendo para que o Irã e a Coreia do Norte desistam do desenvolvimento, assumido ou não, de armas nucleares.

Sarney deu a declaração ao divulgar a resolução do InterAction Council, conselho de ex-presidentes de vários países, aprovada no dia 20 deste mês, em Hiroshima, Japão. O senador recomendou que o Brasil acompanhe esses esforços.

– A posição do Brasil, que está na Constituição, que é pela paz, deve ser cada vez mais dura, mais enérgica a esse respeito. Isso deve ser uma causa de consciência mundial e pessoal de cada um de nós – disse o presidente do Senado, que integra a entidade, mas não pôde ir à reunião de Hiroshima em função de compromissos no Legislativo.

Sarney observou que a Coreia do Norte já deixou clara a intenção de possuir armas



Sarney integra o InterAction Council, grupo mundial de ex-presidentes

nucleares como recurso para se tornar uma potência. Quanto ao Irã, apesar de rotular seu programa atômico como “para fins pacíficos”, até hoje tem se recusado a dar garantias às agências internacionais de que realmente não pretende construir a bomba.

– Por isso, acho que a posição dos países ocidentais em relação ao que ocorre na Coreia do Norte ou no Irã é necessária – afirmou o senador.

Plenário aprova indicação de embaixadora para Israel

O Plenário aprovou ontem a indicação da ministra de primeira classe Maria Elisa de Bittencourt Berenguer para ocupar o cargo de embaixadora em Israel. Sua indicação – aprovada com 46 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção – já havia sido ratificada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) há duas semanas, relatada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE).

Em sua sabatina, a embaixadora falou aos senadores sobre o compromisso do Brasil com a busca da paz no Oriente Médio. A ministra disse ter considerado

“altamente exitosa” a visita do presidente Lula a Israel, em março. Ela recordou que o presidente foi aplaudido de pé no Parlamento (Knesset) mesmo depois de haver feito críticas à construção de novos assentamentos em Jerusalém Oriental. Ressaltou ainda que o governo brasileiro julga poder ser útil no processo de paz.

Antes de se tornar ministra de primeira classe, a carioca Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, formada em 1970 pelo Instituto Rio Branco, atuou como ministra-conselheira na embaixada do Brasil em Moscou.

Maciel aponta falta de integração entre blocos econômicos

Mais de dez anos depois de firmado o primeiro protocolo de cooperação entre o Mercosul e a União

Europeia, a integração entre os dois blocos regionais avançou muito pouco, avaliou o senador Marco Maciel (DEM-PE). Ele citou divergências na fixação de cotas para benefícios fiscais a produtos oriundos do Mercosul. “Bruxelas ofereceu 100 mil toneladas de carne bovina com tarifa menor, o Mercosul pediu três vezes mais”, exemplificou.

Marco Maciel defendeu uma participação ativa do Senado na consolidação do Mercosul.

– O Senado tem papel importante porque aprova acordos internacionais e os agentes diplomáticos brasileiros.



Marco Maciel

Gilvam: ponte na Guiana Francesa vai sair do papel

Gilvam Borges (PMDB-AP) anunciou ontem que o acordo para a construção da ponte binacional Brasil-França, na fronteira com

a Guiana Francesa, irá sair do papel e levar à região, nos próximos 30 anos, cerca de 30 milhões de turistas europeus.

– O Amapá se prepara para ser o grande portal turístico da Amazônia.

Com a ponte, Gilvam acredita que o custo de receber turistas europeus no estado cairá em 50%. Ele creditou as obras ao “longo entendimento” iniciado em 2008 pelos presidentes Lula e Nicolas Sarkozy. Gilvam pediu ainda apoio parlamentar para a construção de um aeroporto internacional no município de Oiapoque.



Gilvam Borges